

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO AUTISTA NO ENSINO REGULAR

MARIA ENEDINA ALVES SILVEIRA¹

“Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente.”

- Paulo Freire

RESUMO

INTRODUÇÃO O Autismo é considerado um transtorno causado por fatores genéticos, neurológicos, imunológicos e ambientais. Descrito por Leo Kanner, em 1943, após o médico analisar 11 casos do que denominou distúrbios autísticos do contato afetivo. Kanner foi cuidadoso ao fornecer um contexto de desenvolvimento para suas observações. Ele enfatizou a predominância dos déficits de relacionamento social, assim como dos comportamentos incomuns na definição da condição. São muitos os desafios enfrentados pelos professores na efetiva inclusão de alunos portadores do autismo na escola. De acordo com os educadores, ainda são muitos os problemas encontrados por eles na inclusão de crianças especiais, mesmo sendo um assunto relevante e muito comentado atualmente, tendo como consequência um trabalho, ainda, não muito adequado. Do ponto de vista da educação inclusiva nacional, os alunos especiais devem ser além de matriculados, inseridos de fato no processo educativo.

OBJETIVO Analisar o processo de inclusão de crianças autistas no ensino regular em escola de Montes Claros, MG. **MATERIAIS E MÉTODOS** Realizou-se pesquisa em uma escola do ensino regular, na cidade de Montes Claros – Minas Gerais. Utilizou-se questionário com questões simples e objetivas o qual serviu para esclarecer as dúvidas da pesquisa. Para realização da pesquisa foram convidados professores que atuam no ensino regular com inclusão de alunos de espectro autista em suas salas de aula. **RESULTADOS** A recente clarificação dos termos e a dificuldade diagnóstica do Autismo, não acompanharam a atividade do aluno de espectro autista em ensino básico. Observou-se em análise dos dados, que a maioria dos professores participantes têm como formação básica a Pedagogia, bem como a maioria pratica Educação Inclusiva em sala de aula há pelo menos uma década, demonstrando assim a importância de se fomentar como temática essencial a disciplina de Inclusão Educacional. As áreas de maior dificuldade do professor frente à limitação do aluno de Espectro Autista abrangem principalmente o ciclo comunicativo nas relações interpessoais, e são essencialmente as mesmas em que os educadores percebem sua ação modificadora, ou por melhor dizer, adaptativa, demonstrando a valia da adequação do ensino e do meio escolar.

Foi ponto basilar a participação da escola no processo de inclusão e adaptação do aluno autista na rotina educativa. Percebeu-se a validação positiva na associação escola- família na visão do educador, bem como da atividade multidisciplinar e constante capacitação profissional na voga do aluno a ser incluído e assistido pelo Ensino Regular. Há de se ressaltar aqui o breve histórico do Autismo na educação brasileira, haja vista a linha do tempo permeada pelos processos adaptativos e de socialização do aluno que, até poucas décadas não havia diagnóstico definido, ou conhecido já sendo submetido às antigas rotinas em sala de aula. Viu-se também a miscelânea de formas de expressão do aluno autista em sala de aula, demonstrando quão mister se faz incluir a criança e adolescente autista em seu ambiente escolar. **CONCLUSÃO** A Pesquisa explicitada demonstra, em resumo, que sem formação específica básica para Inclusão Educacional do aluno com Espectro Autista no Ensino Regular os professores se adequam à realidade social ímpar desses estudantes. Aventa-se então, a mudança portentosa que se fará quando nossas bases educacionais forem fundamentas desde a formação pedagógica à formação do próprio aluno na sala de aula, seja ele autista ou não, a fim de que o tópico Inclusão um dia não seja mais discutido, pois todo o diferente será visto com equidade.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Inclusão.

THE AUTISTIC INCLUSION PROCESS IN REGULAR EDUCATION

ABSTRACT

INTRODUCTION Autism is a disorder caused by genetic, neurological, immunological and environmental factors. Described by Leo Kanner, in 1943, after the doctor analyzed 11 cases of what he termed autistic affective contact disorders. Kanner was careful to provide a development context for his observations. He emphasized the predominance of social relationship deficits as well as unusual behaviors in the definition of the condition. There are many challenges faced by teachers in the effective inclusion of students with autism in school. According to the educators, there are still many problems encountered by them in the inclusion of special children, even though it is a relevant subject and much commented today, resulting in a work that is not very adequate. From the point of view of national inclusive education, special students must be not just at school, but actually inserted in the educational process. **OBJECTIVE** To analyze the process of inclusion of autistic children in regular school in Montes Claros, MG. **MATERIALS AND METHODS** A study was carried out at a regular school in the city of Montes Claros - Minas Gerais. A questionnaire was used with

simple and objective questions that served to clarify the research doubts. To perform the research were invited teachers who work in regular education with the inclusion of autistic spectrum students in their classrooms. **RESULTS** The recent clarification of the terms and the diagnostic difficulty of Autism did not follow the activity of the autistic spectrum student in basic education. It was observed in data analysis that most of the participating teachers have as basic education the Pedagogy, as well as the majority practiced Inclusive Education in the classroom for at least a decade, thus demonstrating the importance of fomenting as essential subject the discipline of Educational Inclusion. The areas of greatest difficulty of the teacher facing the limitation of the Autistic Spectrum student mainly cover the communicative cycle in interpersonal relations, and are essentially the same ones in which the educators perceive their modifying action, or rather, adaptive, demonstrating the value of the adequacy education and the school environment. The participation of the school in the process of inclusion and adaptation of the autistic student in the educational routine was fundamental. Positive validation was found in the school-family association in the educator's view, as well as in the multidisciplinary activity and constant professional training in the student's vogue to be included and assisted by Regular Teaching. The brief history of Autism in Brazilian education should be emphasized here, given the time line permeated by the adaptive processes and socialization of the student, who until a few decades had not been diagnosed, or who had already been submitted to the old routines in the classroom. It was also seen the miscellany of forms of expression of the autistic student in the classroom, demonstrating how it is necessary to include the autistic child and adolescent in their school environment. **CONCLUSION** The explicit research shows, in summary, that without specific basic training for Educational Inclusion of the student with Autistic Spectrum in Regular Teaching, teachers adapt to the unique social reality of these students. The portentous change that will be made when our educational bases are founded from the pedagogical formation to the formation of the student himself in the classroom, whether autistic or not, so that the topic Inclusion one day will be no longer discussed, for every different thing will be seen with equity.

KEY WORDS: Autism; Autism Spectrum Disorder (ASD); School inclusion.

INTRODUÇÃO

O Autismo é considerado um transtorno causado por fatores genéticos, neurológicos, imunológicos e ambientais. Sendo que ainda não é totalmente compreendido pela ciência, pois não existe um marcador biológico semelhante nos pacientes. Tornando o diagnóstico único para cada portador, sendo difícil para os profissionais da área identificá-lo.

Normalmente, os portadores apresentam os sinais da síndrome ainda nos primeiros anos de vida, dificultando ainda mais a confirmação da moléstia (CAROLINA et al., 2014).

Descrito por Leo Kanner, em 1943, após o médico analisar 11 casos do que denominou distúrbios autísticos do contato afetivo. Nesses 11 primeiros casos, havia uma “incapacidade de relacionar-se” de formas usuais com as pessoas desde o início da vida. Kanner também observou respostas incomuns ao ambiente. Kanner foi cuidadoso ao fornecer um contexto de desenvolvimento para suas observações. Ele enfatizou a predominância dos déficits de relacionamento social, assim como dos comportamentos incomuns na definição da condição (KLIN, 2006).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM V (2014), traz entre seus critérios diagnósticos para o Transtorno de Espectro Autistas que os sintomas devem estar presentes nas primeiras etapas do desenvolvimento. Eles podem não estar totalmente manifestos até que a demanda social exceder suas capacidades ou podem ficar mascarados por algumas estratégias de aprendizado ao longo da vida, demonstrando assim a necessidade de capacitação docente desde os primeiros anos do processo educacional.

Pesquisa divulgada pelo *Center of Diseases Control and Prevention* (CDC), Centro de Controle e Prevenção de Doenças do governo dos Estados Unidos, relata que a cada cem nascimentos, um é Autista, sendo que, há poucos anos, notificava-se uma criança portadora para quinhentos nascidos. Devido a esse grande aumento, calcula-se que, no Brasil, existam dois milhões de pessoas com essa síndrome, sendo essa situação agravada pela falta de tratamento adequado e preconceito com estas pessoas. Estudos apontam ainda que crianças do sexo masculino são mais propensas a ter o quadro em relação às crianças do sexo feminino (APAE BRASIL, 2017).

Diante do aumento de número de casos registrados no Brasil, é importante salientar sobre o desafio gerado no processo de inclusão dessas crianças nas escolas. A escola, no processo de alfabetização das crianças, precisa estar adequada a desempenhar métodos e formas que, junto às adequações metodológicas, curriculares e ambientes físicos e materiais, garanta um trabalho eficaz na inclusão dos autistas. Diante disso, FILHO (2012), enfatiza que “nesse contexto, o professor necessita melhorar a autonomia, a criatividade e a comunicação dos estudantes e, assim, tornar-se um produtor de seu próprio saber”.

São muitos os desafios enfrentados pelos professores na efetiva inclusão de alunos portadores do autismo na escola. De acordo com os educadores, ainda são muitos os problemas encontrados por eles na inclusão de crianças especiais, mesmo sendo um assunto relevante e muito comentado atualmente, tendo como consequência um trabalho, ainda, não

muito adequado (SOUSA, 2015). Os objetivos principais do tratamento e da educação de uma criança com autismo são reduzir os comportamentos mal-adaptativos e promover o aprendizado, principalmente a aquisição de linguagem, do auto-cuidado e de habilidades sociais (MARTINS, 2003) De acordo com BEYER (2006), faltam aos professores uma concepção melhor sobre a temática da inclusão escolar, assim como formação específica e melhores condições para o trabalho.

Do ponto de vista da educação inclusiva nacional, os alunos especiais devem ser além de matriculados, inseridos de fato no processo educativo. Porém, os educadores enfrentam ainda grandes desafios nesse contexto. Portanto, o presente trabalho justifica-se por entender o processo de inclusão de crianças com autismo no ensino regular e compreender as dificuldades enfrentadas pelos educadores neste processo. Diante do significativo aumento de número de caso de portadores de autismo, é de grande relevância saber se estas crianças estão realmente inclusas no processo da educação como prevê a constituição de 1988: “Educação, direito de todos e dever do Estado e da família”.

Deste modo, este trabalho tem como objetivo avaliar o preparo dos profissionais que lidam com crianças portadoras de autismo e também a opinião dos mesmos sobre suas dificuldades, de modo que sejam revelados seus desafios frente a educação inclusiva.

OBJETIVO

Analisar o processo de inclusão de crianças autistas no ensino regular em escolas de Montes Claros, MG.

MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se pesquisa em uma escola do ensino regular, na cidade de Montes Claros – Minas Gerais.

A metodologia utilizada no presente trabalho, teve como base a pesquisa de campo realizada em uma escola pública de Rio Branco – AC por (SOUSA, 2015).

Para obtenção dos resultados foi abordado um método de pesquisa qualitativo tendo o mesmo caráter exploratório e descritivo, que fez com que os profissionais selecionados para a pesquisa relatassem espontaneamente sobre o tema abordado sem que o pesquisador estivesse presente.

Utilizou-se questionário com questões simples e objetivas o qual serviu para esclarecer as dúvidas da pesquisa. Para realização da pesquisa foram convidados professores que atuam no ensino regular com inclusão de alunos de espectro autista em suas salas de aula.

RESULTADOS

Primeiramente avaliado pelo psicanalista Bruno Bettelheim, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi recentemente descoberto no contexto histórico das psicopatologias do desenvolvimento como uma patologia sobre relacionamento, tendo o problema focalizado na relação mãe e filho e sua origem agregada a fatores do ambiente. Contudo, nos dias atuais a síndrome é associada há vários fatores neurológicos (MOREIRA; HIRSCHFELD, 2005).

De acordo com ORRU(2012), que expôs o trabalho do médico do departamento de psiquiatria infantil do Hospital Johns Hopkins, Leo Kanner, residente nos EUA que publicou o artigo intitulado Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo em meados de 1943, onde relata a história de 11 crianças com sintomas severos do autismo, caracterizado por particularidades de obsessividade, comportamento de movimentos e sons repetitivos bem marcantes. Mais uma característica relevante identificada por Kanner em sua pesquisa, foi que desde o começo da vida da criança o problema interfere na relação do indivíduo com pessoas e como ambiente em que vive.

As características demonstradas pelas crianças analisadas por Kanner eram, segundo ORRU (2012), uma dificuldade para firmar relações com outros indivíduos tendo grande tendência em preservar o meio em que vivem intactos e um considerável atraso e complicações na linguagem. (p.19).De acordo com CUNHA (2012), Kanner utiliza do termo autismo pelo psiquiatra suíço Bleuler, usado primeiramente em 1911, que tinha por objetivo expor a forma como os pacientes se isolam interiormente e fogem da realidade considerando-os como esquizofrênicos. Ainda segundo CUNHA (2012), “a palavra ‘autismo’ é derivada do grego ‘autos’ que tem como significado ‘por si mesmo’ e, ‘ismo’, tendência, condição”. O psiquiatra austríaco analisava as crianças que apresentavam comportamento de isolamento, que também eram demonstrados pelos esquizofrênicos, fazendo parecer que estavam fechados para si mesmos. Entretanto, percebeu-se que no autismo esses sintomas já se apresentavam desde os primeiros anos de vida.

Somente na década de 80, a patologia foi reconhecida de forma especial, ao contrário da esquizofrenia, proporcionando que surgisse maior quantidade de pesquisas científicas, podendo estabelecer uma análise correta e sendo especificada nos critérios de inclusão. Desde então, o assunto deixou de ser tratado como psicose e passou a ser conhecida como uma síndrome, um distúrbio do desenvolvimento (SILVA; GAIATO; T., 2012).

Haja vista o supracitado, isto é, a recente clarificação de seus termos e sua dificuldade diagnóstica, mas já em atividade o aluno de espectro autista em ensino básico, observou-se,

em análise dos dados que a maioria dos professores participantes têm como formação básica a Pedagogia (Gráfico 1), bem como a maioria pratica Educação em sala de aula há pelo menos uma década (Gráfico 2), demonstrando assim a importância de se fomentar como temática essencial a disciplina de Inclusão Educacional.

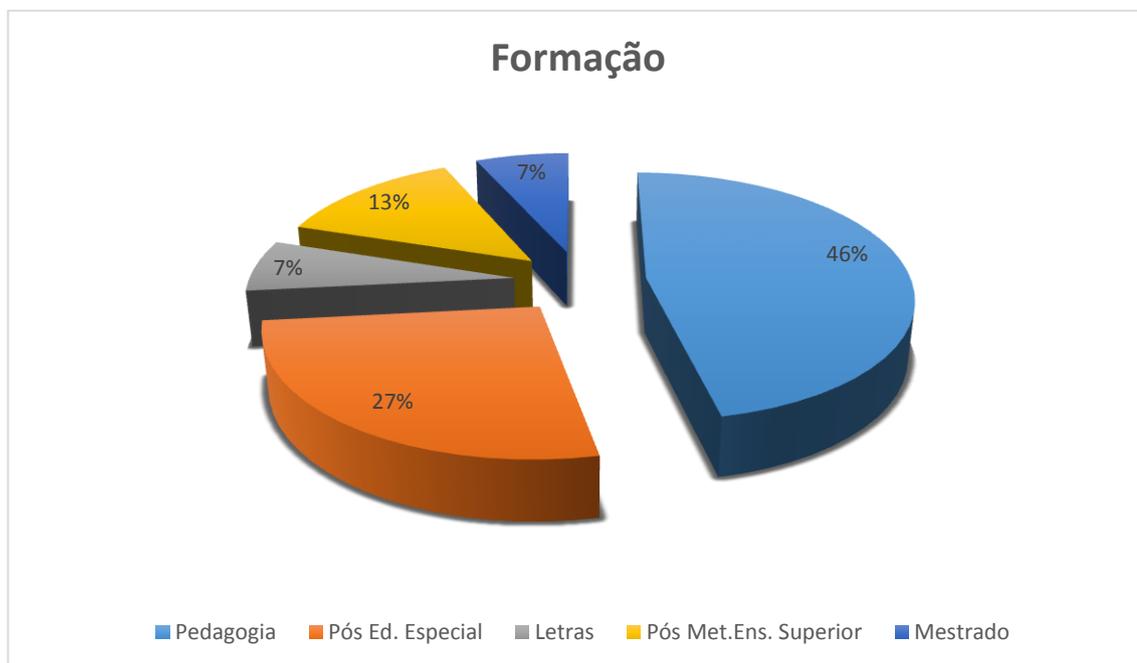


Gráfico 1: Formação acadêmica dos professores participantes.

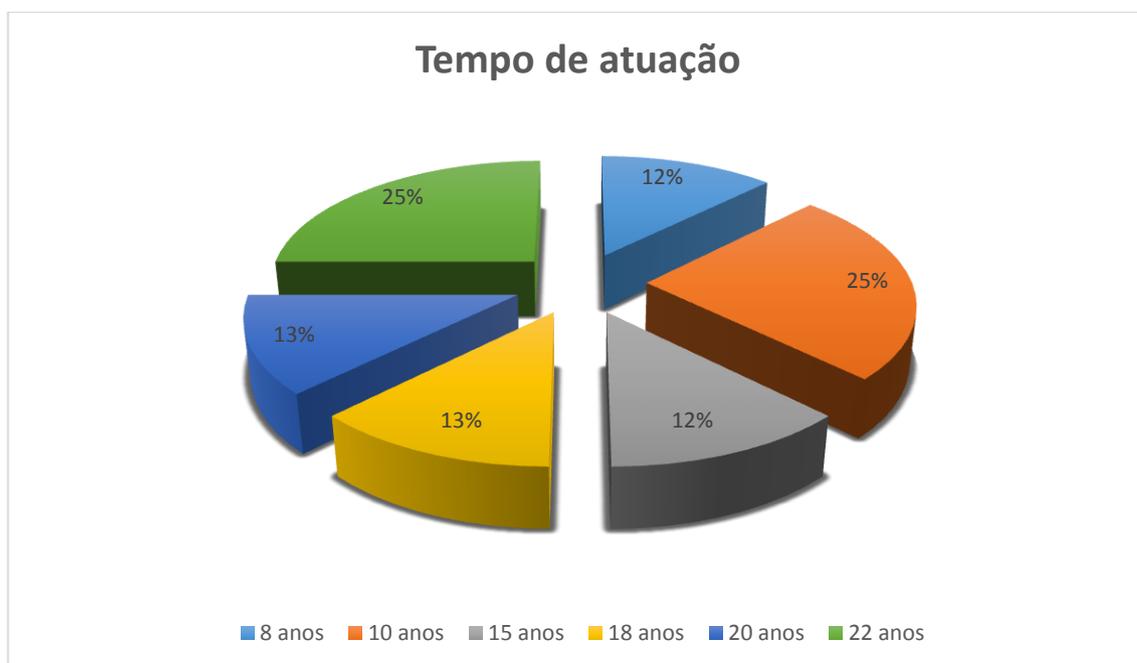


Gráfico 2: Tempo de atuação em ensino regular.

Reconhecer as variações do Autismo, que, segundo GILLBERG (2005), existem pelo menos quatro formas clínicas para a síndrome, que comumente são obtidas de três grupos da

área social, de comportamento e comunicação, contudo, em um único grupo tem se tornado mais complicado enxergar esses sinais, se faz mister para melhor adequação do processo de Inclusão. Em alguns casos é notado dificuldades em se comunicar socialmente, em outros são percebidos problemas no comportamento, e ainda existem problemas de comportamento sem problemas na comunicação social, portanto esta síndrome está sempre sofrendo ampliações.

Além disso, GILLBERG (2005), diz que para os especializados na área há quatro diferenças notáveis, sendo uma delas descrita por Leo Kanner como autismo infantil em 1940. É uma forma do autismo que pode ser classificada por divisões como casos moderados e de alto funcionamento, é importante relatar que o último citado, o mesmo descrito por Hans Asperger em 1944 em Viena, como segunda variante, tem ganhado destaque na parte bibliográfica e na prática clínica. Uma complicação rara é a 3ª variante, que foi advertida por Heller em 1900, antes das pesquisas de Kanner e Asperger. Conhecida nos dias atuais por Transtorno Desintegrativo da Infância. De acordo com GILLBERG (2005), esse problema é caracterizado quando a criança apresenta comportamento normal até os 4 anos ocorrendo depois um retrocesso, que pode ser causada por distúrbios neurometabólicos que não são manifestados.

Porém, atualmente nosso conhecimento sobre essa complicação não existem respostas concretas sobre a compreensão dos problemas em torno da variante. O autismo atípico é considerado a última variante, fazem parte dele um grupo de indivíduos com sintomas variáveis que não se enquadram nas outras variantes, apresentando quase sempre características incomuns. Essas exceções quando ocorrem são chamadas de Transtorno Invasivo de Desenvolvimento sem Outra Especificação. Quando isso ocorre, sua comunicação social é afetada, porém não é totalmente transtornada, sendo assim, o uso do termo se torna inapropriado, porque nem todas as variantes são afetadas (GILLBERG, 2005).

Um dos pontos questionados aos participantes da pesquisa foi justamente ao encontro do já exposto pelas estatísticas prévias demonstradas pelos estudiosos do Espectro Autista. Como demonstrado no Gráfico 3, 4 e 5, as áreas de maior dificuldade do professor frente à limitação do aluno de Espectro Autista abrangem principalmente o ciclo comunicativo nas relações interpessoais, e são essencialmente as mesmas em que os educadores percebem sua ação modificadora, ou por melhor dizer, adaptativa, demonstrando a valia da adequação do ensino e do meio escolar.

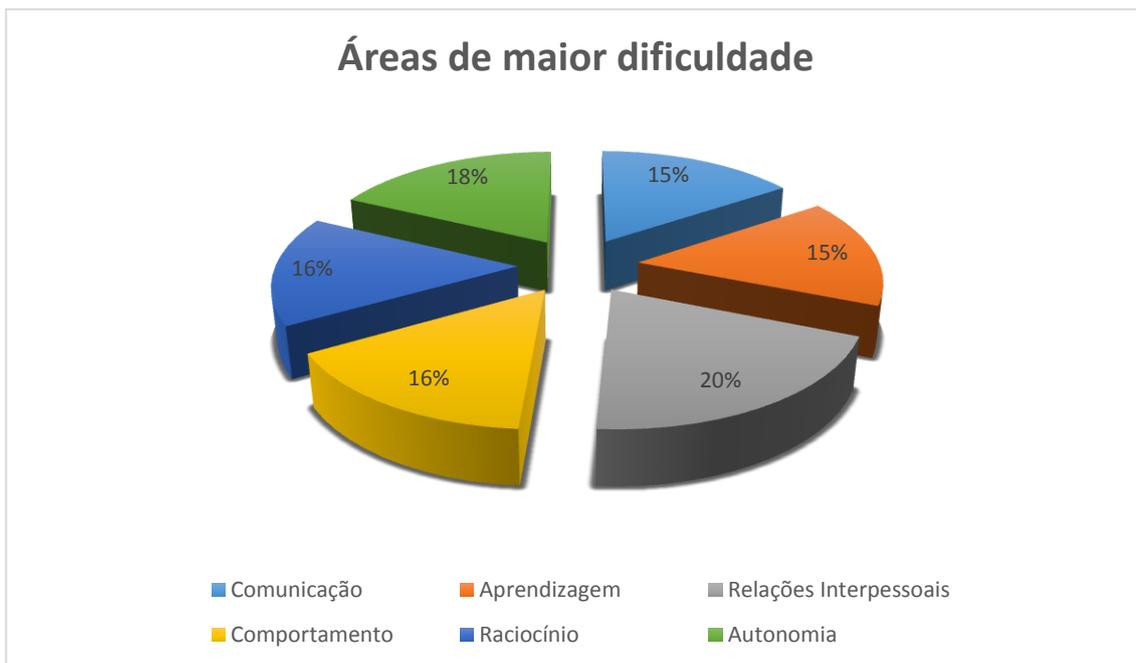


Gráfico 3: Áreas que o professor encontra mais dificuldade com seu aluno autista.



Gráfico 4: Áreas que o professor acredita que estimula e contribui para melhorar o desenvolvimento de seu aluno autista.

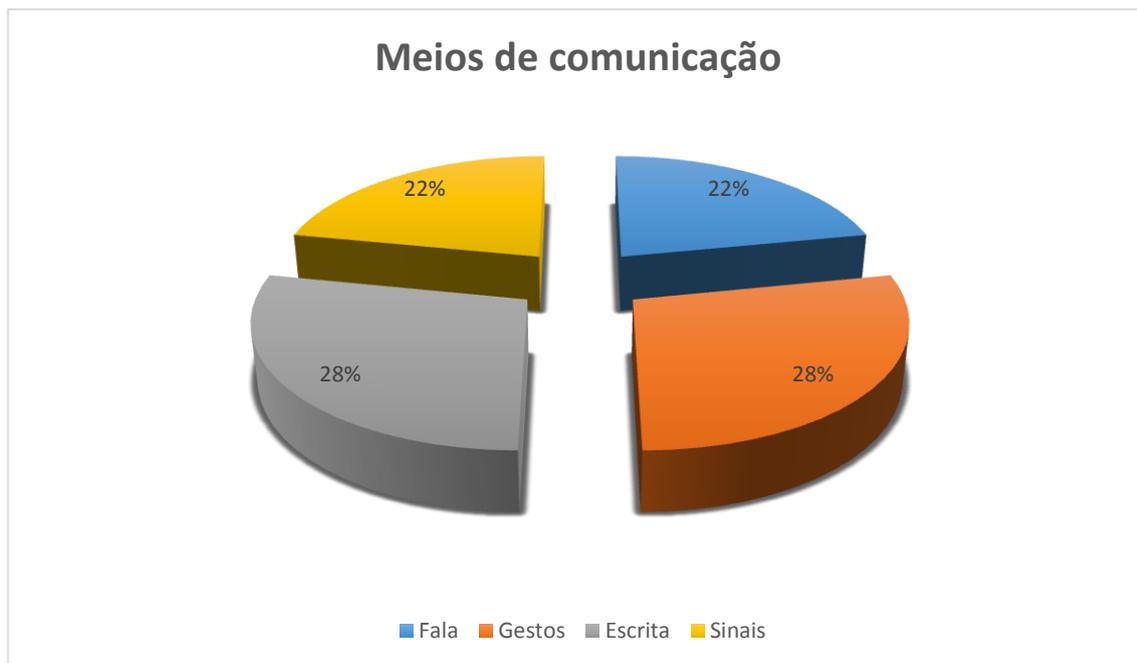


Gráfico 5: Meios comunicativos que o professor utiliza para comunicar-se com seu aluno autista.

Ainda trabalhando a associação da Pesquisa aplicada com as classificações das formas de Autismo, trazem-se as três principais formas sendo elas: O autismo infantil, severo e o clássico. O diagnóstico do autismo infantil, é definido por três domínios, tendo no mínimo dois sintomas dos aspectos sociais, um sintoma de deficiência de comportamento e um de deficiência de comunicação. Totalizando assim seis sintomas. Ou seja, para uma criança ser diagnosticada com autismo infantil, os sintomas devem ser graves tornando o indivíduo totalmente incapaz.

De acordo com GILLBERG, (2005), o autismo apresenta três grandes grupos de sintomas como um grave dano do desenvolvimento de interações sociais mútuas, e também no desenvolvimento cognitivo que está relacionado tanto na fala, nos gestos, expressões faciais e corporais. Dificultando no seu comportamento de modo geral, deixando-o limitado. Apresentando sempre o mesmo comportamento, independente do ambiente social. Para se ter um diagnóstico, é concordado que todos os sintomas citados são relevantes e o quadro é de extrema importância. Ainda segundo o autor, os portadores do autismo se prendem a uma rotina e agem de forma negativa quando modificada, necessitando as atividades sejam seguidas sempre nos mesmos horários, locais e com as mesmas pessoas.

Sendo assim, foi ponto basilar a participação da escola no processo de inclusão e adaptação do aluno autista na rotina educativa, o que pode ser analisado no gráfico 6.

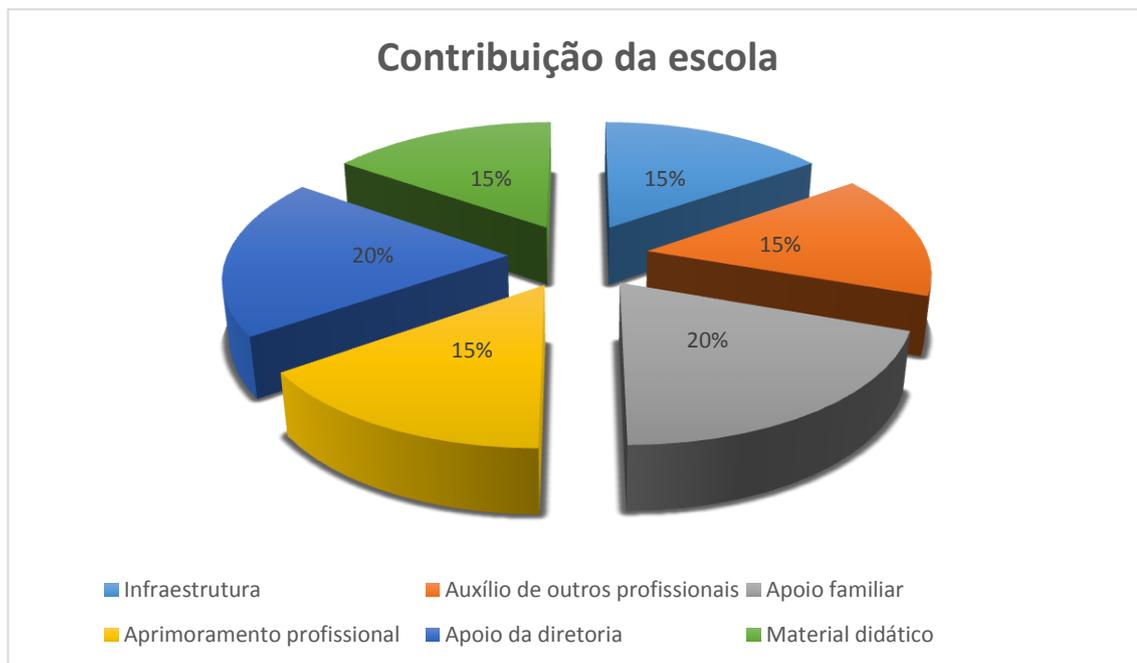


Gráfico 6: Fatores considerados que a escola contribui para o desenvolvimento do trabalho do professor com seu aluno autista.

Percebeu-se a validação positiva na associação escola- família na visão do educador, bem como da atividade multidisciplinar e constante capacitação profissional na voga do aluno a ser incluído e assistido pelo Ensino Regular. Há de se ressaltar aqui o breve histórico do Autismo na educação brasileira, haja vista a linha do tempo permeada pelos processos adaptativos e de socialização do aluno que, até poucas décadas não havia diagnóstico definido, ou conhecido já sendo submetido às antigas rotinas em sala de aula. Todavia, segundo CAMARGO; BOSA (2009), dados sobre o índice patológico e pesquisas relacionadas ao Autismo no Brasil ainda são tidos como insuficientes.

Houve uma discussão sobre o tema no I Encontro Brasileiro para a Pesquisa sobre o Autismo, sendo estimado o número de quinhentos mil indivíduos portadores no país, números baseados em BRASIL (2013). Por outro lado, a Associação Brasileira de Autismo diz que cerca de seiscentos mil indivíduos são portadores do autismo. Os dados encontrados até então, com melhor resultado mostram no país, que o autismo infantil é bem menos frequente do que a Síndrome de Asperger. Sendo que o primeiro tem um percentual de 4 a cada dez mil indivíduos, e a segunda seja por volta de 25 a cada dez mil (FIGUEIREDO, 2015).

No dia 02 de abril de 2008 o Brasil adotou e tornou celebre o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, que foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com o objetivo de atrair olhar das pessoas para o problema e promover discursos sobre o assunto. Tendo a cor azul representando a patologia, pelo fato do maior número de

indivíduos portadores serem crianças do sexo masculino (BRASIL, 2013). O Ministério da Saúde lançou há pouco tempo uma cartilha para ajudar na descoberta do Autismo de forma antecipada, contendo uma tabela que indica toda a trajetória da criança se desenvolvendo e contendo ainda alguns avisos cautelosos de profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) (FIGUEIREDO, 2015). A Associação Brasileira de Autismo (AMA), segundo FIGUEIREDO (2015) é também importante, se tratando de uma organização civil sem fins lucrativos. A sede e foro se encontram em Brasília- Distrito federal, porém, funcionando de forma itinerante. Tinha como objetivo original reunir grupos de pais e amigos de portadores da síndrome. Deixando em evidência que a AMA de São Paulo, estabelecida em 1983, era a primeira associação de pais e amigos de indivíduos portadores no país.

No que diz respeito às políticas públicas em relação ao Brasil, voltadas para o autismo, a Lei nº 12.764/2012, é instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, se atende a essa lei, a Portaria n. 962/2013, Institui Comitê Nacional de Assessoramento para qualificação da Atenção à Saúde das Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo no âmbito do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2013). As atividades já instituídas pelo MS permeiam também as atividades (a serem) e já instituídas pelo representante respectivo no âmbito da Educação, uma vez que o reconhecimento nosológico abrange a condecoração do aluno autista na sala de aula, pois sua entidade diagnóstica resume suas necessidades socioeducativas. A Educação especial no Brasil foi estimulada pela Declaração de Salamanca.

Uma nova opinião sobre a educação, de acordo com CUNHA; ZINO; MARTIM (2015), acontece por vontade manifesta das pessoas, cujo pensamento é que para que haja mudanças na escola, será preciso que todos ali presentes se vejam como técnicos e gestores da educação inclusiva, e só assim acontecerá a atividade profissional e social. Porém, apesar das instituições escolares terem conhecimento sobre a legislação, existem problemas em colocar totalmente em prática devido à falta de suporte esperado, sendo alguns exemplos profissionais capacitados, adequações na arquitetura e curricular entre outras. Por isso, a garantia de matrícula é no que quase sempre se resume a inclusão. O Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais de Educação, segundo SASSAKI (1997), vem provocando mudanças, pois incentiva os docentes a pensarem mais sobre seus papéis como educadores, de modo que permitam não somente alunos portadores de deficiência, mas pessoas de realidades variadas, como as que moram em favela, nas ruas, pessoas em trânsito e outras aconselhadas na Declaração de Salamanca, devendo fazer valer o lema “educação para todos”.

De acordo com DIAS (2013) entender que a educação é um direito para todos, deve ser uma mudança trazida pelos direitos humanos e movimentações sociais, que motivaram a importância de aceitarmos a diversidade, criando espaços sociais de forma menos exclusiva. De acordo com CUNHA; ZINO; MARTIM (2015), para as pessoas conviverem bem, elas tem uma tendência a estimular a discriminação e formar territórios, hierarquizando e classificando os homens por suas diferenças. Com isso, as pessoas portadoras de deficiências e síndromes vem sendo reconhecidas devido a um grupo de igualdade, definindo seu lugar na sociedade, lugar este pertencente aos excluídos. Segundo DIAS (2013), para a escola saber conviver com diversas pessoas, ela passa por uma grande pressão, pois cada qual tem suas particularidades, e quando a escola não consegue atender-las devidamente, não será um lugar de inclusão e desta forma, não poderá contribuir para uma sociedade justa.

Só haverá realmente a inclusão, de acordo com CUNHA; ZINO; MARTIM (2015), se houver uma eficaz política inclusiva e durável, tendo efeito acima das relações, por intermediário de instituições que já praticam as mesmas. Ainda de acordo com CUNHA; ZINO; MARTIM (2015), O trabalho do educador sofre constantes recaídas ao sucesso ou fracasso na inclusão, como um peso. Porém, existem mais alguns motivos relacionados, como a vontade que o educando tem em aprender, o preparo apropriado dos profissionais da área, locais apropriados, pois são também aspectos fundamentais na ascensão do progresso a caminho das escolas inclusivas.

As crianças com Transtorno do Espectro Autista têm sido vistas recentemente como pessoas com potenciais a serem desenvolvidos. A inclusão das mesmas vem sendo discutida na sociedade. Desta forma se torna importante estender as pesquisas sobre o assunto, proporcionando aos educadores na área escolar a obtenção dessas informações (CUNHA; ZINO; MARTIM, 2015).

O Gráfico 8, ilustra a miscelânea de formas de expressão do aluno autista em sala de aula, demonstrando quão mister se faz incluir a criança e adolescente autista em seu ambiente escolar.



Gráfico 7: Comportamentos e interesses nos quais observam com mais frequência em seu aluno autista.

Nessa perspectiva, a escola é considerada, segundo CUNHA, (2012), uma chance de que todos construam muitos meios de ações inclusivas para a criança com TEA. É incorreto determinar atividades separadas ou requisitar que sejam cumpridas. Se trata de uma idealização de aprendizado incluído as dificuldades e superações, com o objetivo de torna-los autossuficientes. Vivendo, uma criança aprende naturalmente. Em uma escola que não haja algum transtorno global, a criança irá aprender brincando, com seus educadores, amigos, pais, no meio familiar. Criam vínculos e interagem uns com os outros, obtendo capacidades cognitivas e motoras com facilidade.

A criança, de acordo com MONTESSORI, (1949), inventa sua própria “carne mental”, de acordo com o que está no meio em que se encontra. Por isso a mente de uma criança é, para ela uma “mente absorvente”. O cérebro e os sentidos de uma criança com autismo, por outro lado, apresentam uma relação distinta entre eles. Por isso, as informações recebidas nem sempre geram conhecimento. As instituições escolares não tem preparo para receber esses indivíduos com necessidades especiais, devido à ausência de renovação de parâmetros para

análise e um grupo de profissionais treinados, podendo assim se desenvolver um trabalho adequado com essas crianças (CUNHA, 2012).

CONCLUSÃO

O número de obstáculos aumenta devido as grandes dificuldades, que por consequência traz um pequeno número dessas crianças na escola. É importante frisar que muitas vezes as dificuldades não são resultado da deficiência e suas limitações, mas sim da falta de preparo e estrutura dos serviços e preconceito no meio familiar.

Para que aconteça a inclusão, não basta somente a aprovação de uma lei. As políticas públicas atuais devem ser revidas de forma que garanta aos professores formação adequada, tempo e conhecimento, para que as crianças autistas deixem de ser somente matriculadas nas escolas e que tenham a garantia do direito de aprender. A Pesquisa explicitada demonstra, em resumo, que sem formação específica básica para Inclusão Educacional do aluno com Espectro Autista no Ensino Regular os professores se adequam à realidade social ímpar desses estudantes. Aventa-se então, a mudança portentosa que se fará quando nossas bases educacionais forem fundamentas desde a formação pedagógica à formação do próprio aluno na sala de aula, seja ele autista ou não, a fim de que o tópico Inclusão um dia não seja mais discutido, pois todo o diferente será visto com equidade.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014
- APAE BRASIL. Número de pessoas com autismo aumenta em todo o Brasil | APAE Brasil. 2017, 2017.
- BRASIL, M. DA S. **Linha de Cuidado para a Atenção Às Pessoas Com Transtornos Do Espectro Do Autismo E Suas Famílias**. [s.l: s.n.].
- BEYER, H. O. A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e o contexto da educação inclusiva. **Inclusão - Revista de Educação Especial**, v. jul, p. 40–45, 2006.
- CAROLINA, A. et al. Revista de Medicina e Saúde de Brasília RELATO DE CASO Diagnóstico Precoce do Autismo : Relato de Caso. p. 31–37, 2014.
- CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65–74, 2009.
- CAVACO, N. **O profissional e a educação especial uma abordagem sobre o autismo**. 2. ed. [s.l.] Editorial Novembro, 2014.
- CUNHA, E. **Autismo e Inclusão - Psicopedagogia e Práticas Educativas na Escola e na Família**. 1. ed. [s.l.] Wak, 2009.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão - Psicopedagogia e Práticas Educativas na Escola e na Família**. 4ª ed. [s.l.] 2012, 2012.

CUNHA, I.; ZINO, N.; MARTIM, R. a **Inclusão De Crianças Com Espectro Autista : a Percepção Do Professor**. 2015. T

FILHO, M. E. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares « Eufba**. 1ª ed. [s.l: s.n.].

FIGUEIREDO, J. O autismo infantil: uma revisão bibliográfica. p. 1–39, 2015.

GILLBERG. Transtornos do espectro do autismo. p. 1–35, 2005.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [s.l.], v. 28, n. 1, p.3-11, maio 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-44462006000500002>.

MARIA TERESA DE SOUZA DIAS. **A questão social e sua manifestação no ambiente escolar**. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-questao-social-e-sua-manifestacao-no-ambiente-escolar/105458/>>.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. [s.l: s.n.].

MARTINS, L. A. R. (2003). A inclusão escolar do portador da síndrome de Down: o que pensam os educadores? Natal: Edit da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MONTESSORI, M. **Mente Absorvente**. 1ª ed. [s.l: s.n.].

MOREIRA, P.T; HIRSCHFELD, M. Autismo: A difícil arte de educar. **Universidade Luterana do Brasil**, p. 1–11, 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão : construindo uma sociedade para todos**. [s.l.] WVA, 1997.

SILVA, A. B. B. ; GAIATO, M. B. ; T., R. L. Mundo Singular Entenda o Autismo. p. 288, 2012.

SILVIA ESTER ORRU. **AUTISMO, LINGUAGEM E EDUCAÇÃO: INTERAÇÃO SOCIAL NO COTIDIANO ESCOLAR - Silvia Ester Orru - Livro**. 3ª ed. [s.l.] 2014, 2012.

SOUSA, M. J. S. DE. **Professor E O Autismo: Desafios De Uma Inclusão Com Qualidade**. 2015.